

GUANAPACK INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

GUANAPACK INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Quotistas da
Guanapack Indústria de Plásticos Ltda.
Três Rios - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Guanapack Indústria de Plásticos Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guanapack Indústria de Plásticos Ltda. em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 14.1 às demonstrações contábeis, em que a Empresa possui registrado os montantes de R\$ 77.474 mil e R\$ 57.212 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 67.842 mil e R\$ 41.501 mil em 2022) referentes contas a receber de operações comerciais e contratos de mútuo, respectivamente, junto às suas partes relacionadas. A Administração da Empresa não possui expectativa de ajustes em relação à realização desses ativos por haver garantia real nas transações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Também chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14.2 às demonstrações contábeis, onde informa que a Empresa mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descrita. Desta forma, as demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Mf. Dantas'.

Márcio Feitosa Dantas
Contador CRC 1 SP 289466/O-3 - S - RJ

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	128.736	198.590	Fornecedores	9	144.500	111.838
Contas a receber	5	154.203	170.459	Empréstimos e financiamentos	10	3.937	27.578
Estoques	6	123.044	127.169	Obrigações trabalhistas	11	3.201	2.458
Tributos a recuperar	7	13.994	17.785	Obrigações tributárias	12	17.103	26.191
Outros ativos		32.813	3.217	Dividendos a pagar	14	27.720	96.030
		<u>452.790</u>	<u>517.220</u>	Outros passivos		3.120	3.999
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	5	55.261	61.884	Obrigações tributárias	12	38.920	47.383
Tributos a recuperar	7	114	115	Partes relacionadas	14	11.136	176
Depósitos judiciais	13	167	71	Provisões para demandas judiciais	13	317	439
Partes relacionadas	14	57.212	41.501			<u>50.373</u>	<u>47.998</u>
Imobilizado	8	73.805	78.619	Patrimônio líquido			
		<u>186.559</u>	<u>182.190</u>	Capital social	15	1.000	1.000
				Reserva de lucros		388.395	382.318
						<u>389.395</u>	<u>383.318</u>
Total do ativo		<u>639.349</u>	<u>699.410</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>639.349</u>	<u>699.410</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de vendas	16	679.882	859.838
Custo dos produtos vendidos	17	(604.190)	(747.238)
Lucro bruto		75.692	112.600
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(73.222)	(82.249)
Outras receitas líquidas/(despesas) operacionais	17	30.890	52.178
Resultado operacional antes do resultado financeiro		33.360	82.529
Receitas financeiras	18	21.268	18.181
Despesas financeiras	18	(9.818)	(13.979)
Variação cambial líquida	18	(933)	(3.009)
Resultado financeiro líquido		10.517	1.193
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		43.877	83.722
Tributos sobre o lucro	19	-	(11.970)
Lucro líquido do exercício		43.877	71.752

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	43.877	71.752
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>43.877</u>	<u>71.752</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		incentivos fiscais	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.000	309.668	97.898	-	408.566
Lucro líquido do exercício	-	-	-	71.752	71.752
Dividendos distribuídos	-	-	(97.000)	-	(97.000)
Reserva de incentivos fiscais	-	44.545	-	(44.545)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	27.207	(27.207)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	354.213	28.105	-	383.318
Lucro líquido do exercício	-	-	-	43.877	43.877
Reserva de incentivos fiscais	-	29.863	-	(29.863)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(9.800)	(9.800)
Dividendos distribuídos	-	-	(23.786)	(4.214)	(28.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.000	384.076	4.319	-	389.395

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	43.877	71.752
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais		
Perda esperada em crédito de liquidação duvidosa	(242)	(113)
Provisão para demandas judiciais	(122)	132
Baixa do ativo imobilizado	1.438	333
Depreciação e amortização	6.896	6.944
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial	691	1.507
	<u>52.538</u>	<u>80.555</u>
Aumento líquido/(diminuição) das contas de ativos/(passivos) operacionais		
Contas a receber	23.121	12.331
Estoques	4.125	(26.965)
Tributos a recuperar	3.792	(14.695)
Outros ativos	(29.596)	(2.048)
Depósitos judiciais	(96)	(71)
Fornecedores	32.662	(24.317)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(16.808)	4.265
Outros passivos	(879)	1.993
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>68.859</u>	<u>31.048</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.520)	(2.953)
Partes relacionadas	(15.711)	6.799
Caixa líquido gerado nas/(consumido pelas) atividades de investimentos	<u>(19.231)</u>	<u>3.846</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	20.879	26.888
Amortização de empréstimos e financiamentos	(45.211)	(16.850)
Partes relacionadas	10.960	-
Dividendos distribuídos	(106.110)	(970)
Caixa líquido gerado nas/(consumido pelas) atividades de financiamentos	<u>(119.482)</u>	<u>9.068</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(69.854)</u>	<u>43.962</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	198.590	154.628
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	128.736	198.590
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(69.854)</u>	<u>43.962</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Guanapack Indústria e Comércio de Produtos Ltda. (“Empresa”), é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, localizada no município de Três Rios, Rio de Janeiro, constituída em 08 de abril de 2010 e que iniciou suas atividades operacionais em julho de 2011.

A Empresa é controlada diretamente pela Norpack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda., localizada em Camaçari, Bahia, que possui 99% das quotas do seu capital social.

O objeto da Empresa é a fabricação de embalagens de material plástico, fabricação de artefatos de materiais plásticos para usos industriais e fabricação de filmes plásticos para fraldas descartáveis.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Empresa em 08 de abril de 2024.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as disposições contidas na Lei de Sociedade por Ações, legislação societária brasileira, contemplando os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Análise de vida útil de ativos;
- Análise e teste de recuperabilidade de ativos;
- Análise de recuperação dos valores dos ativos de longo prazo; e
- Provisões e passivos contingentes.

A Administração da Empresa não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa.

São registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, deduzidas de eventual perda para redução ao valor recuperável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A perda esperada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.3. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Empresa (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Empresa (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Empresa optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Essa categoria é composta pelo saldo de outros investimentos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

(d) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos", para os instrumentos derivativos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras dos empréstimos estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que irão entrar em falência ou em outro tipo de reorganização financeira, "default" ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com "defaults".

(e) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma:

- Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

(f) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, não excedendo o seu valor realizável líquido. Quando aplicável, é constituída uma perda estimada para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

3.5. Imobilizado

3.5.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

3.5.2. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

3.5.3. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações: 25 anos;
- Máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Instalações: 10 anos;
- Equipamentos de informática: 5 anos;
- Veículos: 5 anos.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizado e intangível têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída perda por deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto. Nas demonstrações contábeis de 2023 e 2022, não identificou ajustes a serem contabilizados.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil correspondente ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.9. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.10. Provisões e passivos contingentes

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação

Os valores reconhecidos como provisões são a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar as obrigações nas datas de encerramento dos exercícios, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando as provisões são mensuradas com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seus valores contábeis correspondem ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.11. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários registrados no ativo circulante e não circulante são avaliados e, quando necessário e relevantes, são ajustados ao seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxas de juros explícitas ou implícitas.

3.12. Benefícios a funcionários e dirigentes

A Empresa não mantém planos de pensão, de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes pós-saída da Empresa.

O reconhecimento da participação nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável e aprovado pela Administração da Empresa.

3.13. Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

A distribuição de lucros para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo estabelecido no contrato social.

3.14. Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (R\$) ("moeda funcional") usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, cujos itens são mensurados. Os saldos de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial das datas dos balanços. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com ativos e passivos financeiros, incluindo também empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado, como "Variações cambiais, líquidas".

3.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, devoluções e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

3.16. Tributação sobre o lucro

São calculados com base nas alíquotas vigentes de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, para fins de determinação de exigibilidade. São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os tributos correntes são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio.

3.17. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Empresa irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Empresa possui tratamento tributário especial para o ICMS concedido pela Lei nº 5.636/10, posteriormente validado pela Lei nº 6979/15.

3.18. Novas normas, alterações e interpretações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Empresa. A Empresa efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Empresa, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Empresa.

- d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Empresa.

- 3.19. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Empresa não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	2	5
Banco conta movimento	1.355	12.983
Aplicações financeiras	127.379	185.602
	<u>128.736</u>	<u>198.590</u>

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e sem penalidade no resgate, com modalidade compromissada (85% a 90% do CDI, CDB e Letra Direta (103% do CDI). O caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades mantidas pela Empresa, que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto prazo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

(a) Composição

	2023	2022
Cientes nacional	108.772	120.872
Cientes exterior	29.502	50.155
Partes relacionadas (Nota nº 14)	77.474	67.842
	<u>215.748</u>	<u>238.869</u>
(-) Perda Esperada em Créditos de Liquidação	(6.284)	(6.526)
	<u>209.464</u>	<u>232.343</u>
Circulante	155.203	170.459
Não circulante	55.261	61.884
	<u>210.464</u>	<u>232.343</u>

(b) Idade do saldo de contas a receber de clientes

Abertura por vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	2023	2022
A vencer:		
Até 30 dias	84.727	105.114
De 31 a 60 dias	32.872	26.863
De 61 a 90 dias	14.843	14.834
De 91 a 180 dias	8.212	11.807
De 181 a 360 dias	9.210	-
Mais de 360 dias	55.261	61.884
	<u>205.125</u>	<u>220.502</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	5.288	2.749
De 31 a 60 dias	95	20
De 61 a 90 dias	25	47
De 91 a 180 dias	86	17
Mais de 180 dias	5.129	15.534
	<u>10.623</u>	<u>18.367</u>
	<u>215.748</u>	<u>238.869</u>

(c) Movimentação da PECLD

A Empresa registra a Perda Esperada em Créditos de Liquidação Duvidosa, após análise individualizada dos clientes.

A seguir a movimentação da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa:

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Saldo inicial	(6.526)	(6.639)
Reversão	242	113
Saldo final	(6.284)	(6.526)

6. Estoques

	2023	2022
Matéria-prima	116.545	108.112
Produto acabado	6.499	19.057
	123.044	127.169

7. Tributos a recuperar

	2023	2022
IRPJ e CSLL a recuperar	8.458	13.235
PIS e COFINS a recuperar (a)	947	3.953
ICMS a recuperar	3.241	58
IPI a recuperar	1.462	654
	14.108	17.900
Circulante	13.994	17.785
Não circulante	114	115
	14.108	17.900

- (a) A Empresa obteve em 06 de maio de 2022 o trânsito em julgado quanto ao crédito de Exclusão do ICMS da Base do PIS e da COFINS de acordo com o processo administrativo nº 19614.760484/2022-73, no qual foi habilitado em 25 de julho de 2022 junto à Receita Federal do Brasil.

8. Imobilizado

(a) Composição

Descrição	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2023	2022
Terrenos	-	38.290	-	38.290	38.290
Edificações	4%	18.865	(6.456)	12.409	13.164
Máquinas e equipamentos	10%	72.747	(50.982)	21.765	26.987
Móveis e utensílios	10%	268	(160)	108	114
Equipamentos de informática	20%	542	(484)	58	63
Veículos	20%	509	(509)	-	1
Imobilizado em andamento	-	1.175	-	1.175	-
		132.396	(58.591)	73.805	78.619

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação

Descrição	2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2023
Terrenos	38.290	-	-	-	-	38.290
Edificações	13.164	-	-	-	(755)	12.409
Máquinas e equipamentos	26.987	1.105	(229)	-	(6.098)	21.765
Móveis e utensílios	114	16	-	-	(22)	108
Equipamentos de informática	63	18	(3)	-	(20)	58
Veículos	1	-	-	-	(1)	-
Imobilizado em andamento	-	2.381	(1.206)	-	-	1.175
	<u>78.619</u>	<u>3.520</u>	<u>(1.438)</u>	<u>-</u>	<u>(6.896)</u>	<u>73.805</u>

Descrição	2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2022
Terrenos	38.290	-	-	-	-	38.290
Edificações	12.670	-	-	1.245	(751)	13.164
Máquinas e equipamentos	30.386	1.335	(167)	1.524	(6.091)	26.987
Móveis e utensílios	125	11	(1)	-	(21)	114
Equipamentos de informática	49	45	-	-	(31)	63
Veículos	51	-	-	-	(50)	1
Imobilizado em andamento	1.372	1.562	(165)	(2.769)	-	-
	<u>82.943</u>	<u>2.953</u>	<u>(333)</u>	<u>-</u>	<u>(6.944)</u>	<u>78.619</u>

9. Fornecedores

(a) Composição

	2023	2022
Fornecedores - Nacionais	75.669	52.661
Fornecedores - Exterior	25.360	33.205
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota Explicativa nº14)	43.471	25.972
	<u>144.500</u>	<u>111.838</u>

(b) Idade dos saldos de fornecedores

Abertura por vencimento das contas a pagar em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	2023	2022
A vencer:		
Até 30 dias	33.539	71.864
De 31 a 60 dias	90.697	31.062
De 61 a 90 dias	8.989	4.093
De 91 a 180 dias	6.040	-
Mais de 180 dias	-	901
	<u>139.265</u>	<u>107.920</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	1.279	34
De 31 a 60 dias	33	6
De 61 a 90 dias	13	127
De 91 a 180 dias	76	44
Mais de 180 dias	3.834	3.707
	<u>5.235</u>	<u>3.918</u>
	<u>144.500</u>	<u>111.838</u>

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Vencimento	2023	2022
Em moeda estrangeira			
Landesbank - aquisição de equipamentos	20/12/2023	-	4.539
		-	4.539
Em moeda nacional			
Itaú	06/11/2023	-	1.016
Safra	09/02/2023	-	13.559
Bradesco	06/11/2023	-	8.402
Itaú - capital de giro	15/09/2023	-	62
Fundo Bucarest	-	3.937	-
		3.937	23.039
		3.937	27.578

Em 2023 a empresa fechou operação com o fundo Bucarest no montante de R\$ 3.937 (três milhões e novecentos e trinta e sete reais) com taxa de 2,2% a.a.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrente de atividade de financiamento

	Landesbank	Banco Safra	Bradesco	Banco Itaú	Fundo Bucarest	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.539	13.559	8.402	1.078	-	27.578
(-) Captação	-	-	-	-	20.879	20.879
(-) Amortização	(4.549)	(13.739)	(8.887)	(1.094)	(16.942)	(45.211)
(-) Juros apropriados	67	154	520	16	-	757
Variação cambial	(57)	26	(35)	-	-	(66)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	3.937	3.937

11. Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Salários e encargos sociais a pagar	751	593
Provisão para férias e encargos sociais	2.550	1.865
	3.301	2.458

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações tributárias

	2023	2022
IRPJ a recolher	-	8.795
CSLL a recolher	-	3.175
ICMS a recolher	1.256	1.397
IRRF a recolher	1.661	153
Parcelamento PERT (a)	2.728	2.903
Parcelamento REFIS (b)	1.320	1.420
Parcelamento IPI (c)	767	1.108
Parcelamento IRPJ/CSLL (d)	48.247	54.578
Outros tributos a recolher	44	45
	<u>56.023</u>	<u>73.574</u>
Circulante	17.103	26.191
Não circulante	38.920	47.383
	<u>56.023</u>	<u>73.574</u>

(a) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em agosto de 2017 a Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais. Optou-se pela modalidade de pagamento em espécie de 7,5% (sete e meio por cento) da dívida consolidada em 5 prestações mensais e sucessivas, sendo o saldo remanescente parcelado em 145 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela SELIC.

Em outubro de 2017, com a conversão da referida Medida Provisória na Lei nº 13.496/2017, alterada pela Medida Provisória nº 807/2017, publicada em 31 de outubro de 2017, a Empresa migrou para a modalidade de pagamento em espécie de 5% (cinco por cento) da dívida consolidada em 5 prestações mensais e sucessivas. As demais condições permaneceram inalteradas.

O valor total dos tributos parcelados (incluindo multa e juros) é R\$ 4.589.683,12. Para o valor total da dívida houve uma redução de 50% de multas e 80% dos juros.

A Empresa encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das suas condições.

(b) REFIS - Lei nº 12.996/2014

Em agosto de 2014 a Empresa aderiu ao REFIS, instituído pela Lei nº 12.996/2014, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais. Optou-se pela modalidade de pagamento em espécie de 10% (dez por cento) da dívida consolidada em 5 prestações mensais e sucessivas, sendo o saldo remanescente parcelado em 179 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela SELIC.

O valor total dos tributos parcelados (incluindo multa e juros) foi de R\$ 2.052. Para o valor total da dívida, houve uma redução de 60% de multas e 25% dos juros.

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das suas condições.

(c) Parcelamento IPI

Em setembro de 2020, a Empresa aderiu ao parcelamento ordinário, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais referentes a IPI em 60 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela SELIC.

O valor total dos tributos parcelados (incluindo multa e juros) foi de R\$ 1.784.

A Empresa encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das suas condições.

(d) Parcelamento IRPJ e CSLL

Com intuito de regularização dos valores em aberto de IRPJ e CSLL dos anos de 2020 e 2021, a Empresa aderiu ao parcelamento ordinário em 2022 em 60 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela SELIC.

O valor total dos tributos parcelados (incluindo multa e juros) foi de R\$ 3.836 e R\$ 52.712 dos anos de 2020 e 2021, respectivamente.

A Empresa encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das suas condições.

13. Provisões para demandas judiciais

A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributário, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim representadas:

Descrição	2023		
	Depósitos judiciais	Demandas judiciais	Demandas judiciais líquida
Trabalhista	167	317	150
	<u>167</u>	<u>317</u>	<u>150</u>

Descrição	2022		
	Depósitos judiciais	Demandas judiciais	Demandas judiciais líquida
Trabalhista	71	439	368
	<u>71</u>	<u>439</u>	<u>368</u>

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão nos exercício de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	307
Adição	132
Saldo em 31 de dezembro de 2022	439
Reversão	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	317

13.1. Contingências de perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa é parte em ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos tais processos representam o montante de R\$ 6.563 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.328 em 31 de dezembro de 2022).

14. Partes relacionadas

14.1. Saldos de balanços

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	2023	2022
Ativo circulante - contas a receber (Nota Explicativa nº4)		
Patena	365	332
Europack	5.292	1.791
Norpack	374	-
Packduque	13.128	3.835
Primapack	3.054	-
	<u>22.213</u>	<u>5.958</u>
Ativo não circulante - contas a receber (Nota Explicativa nº4)		
Europack	15.875	19.703
Packduque	39.386	42.181
	<u>55.261</u>	<u>61.884</u>
	<u>77.474</u>	<u>67.842</u>
Ativo não circulante - contrato de mútuo (a)		
Europack	2.240	2.235
Packduque	43.399	26.161
Patena	-	1.253
Theo Reiter	11.573	11.785
Romenia	-	67
	<u>57.212</u>	<u>41.501</u>
Passivo circulante - fornecedores (Nota Explicativa nº9)		
EPA	40.465	22.904
Europackne	-	15
Norpack	-	61
Primapack	3.006	2.992
	<u>43.471</u>	<u>25.972</u>
Passivo circulante - dividendos a pagar		
Norpack	27.720	96.030
	<u>27.720</u>	<u>96.030</u>
Passivo não circulante - contrato de mútuo (a)		
Europackne	2.806	176
Norpack	8.247	-
Theo Reiter	83	-
	<u>11.136</u>	<u>176</u>

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Refere-se a contrato de mútuo com partes relacionadas sem encargos financeiros e vencimento em 31 de dezembro de 2024. A quitação deve dar-se dentro do prazo aqui acordado, mediante depósito em conta bancária da mutuante, exceto se de outra forma vier a ser acordado entre as partes. Todos os contratos possuem garantia do saldo devedor.

14.2. Saldos de resultado

Os resultados nas transações da Empresa com partes relacionadas estão demonstrados como segue:

	Vendas		Compras	
	2023	2022	2023	2022
Europack (a)	12	758	-	6
Europackne (a)	1.432	3.553	2.386	54
Norpack (a)	864	-	13	107
Packduque (a)	80.683	105.544	1.948	6.427
Patena (a)	5.120	880	64	53
EPA (a)	-	-	208.914	233.473
Prismapack (a)	4.043	-	35	-
	<u>92.154</u>	<u>110.735</u>	<u>213.360</u>	<u>240.120</u>

- (a) Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. Os preços dos produtos vendidos para partes relacionadas são determinados considerando-se preços de venda de no mínimo 80% dos praticados no mercado, para os mesmos produtos;

14.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e em 31 de dezembro de 2023, ocorreu o pagamento da remuneração no montante de R\$ 412.

Esta remuneração está registrada no resultado do exercício de acordo com o regime de competência e registrada na rubrica despesas com pessoal.

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Empresa era de R\$ 1.000 (um milhão de reais).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve alteração no capital social, sua composição é de 1.000 milhão de quotas subscritas e integralizadas de R\$ 1,00 (um real) cada.

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme contrato social, os lucros líquidos apurados em cada exercício social terão a destinação que for determinada pelos quotistas representando a maioria do capital social, garantida a todos os quotistas sua participação proporcional.

Em 21 de dezembro de 2023, por meio de ata de reunião de Sócios registrado, foi deliberado por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições o pagamento de dividendos no montante de R\$ 28.000 (vinte e oito milhões de reais).

Em 2023, a título de juros de capital próprio, foram distribuídos o montante de R\$ 9.800 (nove milhões e oitocentos mil reais) para os sócios.

16. Receita líquida de vendas

	2023	2022
Receita bruta de vendas		
Venda de produtos - mercado interno	764.755	965.484
Venda de produtos - mercado externo	111.524	155.843
	<u>876.279</u>	<u>1.121.327</u>
Devolução de vendas		
Imposto sobre vendas	(183.723)	(232.371)
Devoluções e descontos	(12.674)	(29.118)
	<u>(196.397)</u>	<u>(261.489)</u>
	<u>679.882</u>	<u>859.838</u>

17. Custo e despesas por natureza

A Empresa apresenta a demonstração do resultado do exercício utilizando uma classificação de custos e despesas baseada em sua função. A apresentação dos custos e despesas por natureza é como segue:

	2023	2022
Materiais diretos (matéria-prima, embalagem)	(532.538)	(683.080)
Pessoal	(29.059)	(25.504)
Serviços de terceiros	(11.499)	(7.820)
Depreciação	(6.998)	(6.944)
Energia elétrica	(15.302)	(16.011)
Combustíveis e lubrificantes	(653)	(583)
Manutenção de máquinas	(5.465)	(1.730)
Outros gastos	(5.298)	(3.442)
Custo apropriado no estoque	(13.107)	(17.703)
Despesas comerciais	(50.076)	(16.486)
Material de consumo	(88)	(122)
Despesas de viagens	(2.279)	(1.280)
Fretes e carretos	(110)	(45.044)
Impostos e taxas	(1.470)	(819)
Outras despesas administrativas	(3.470)	(2.919)
Receita de incentivo fiscal conforme lei nº 5.636/10 (a)	29.863	44.545
Resultado na venda do imobilizado	17	268
PECLD	242	113
Provisão para contingência	122	(132)
Receita de sinistro	360	(203)
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	-	4.559
Outras receitas/(despesas)	286	3.028
	<u>(646.522)</u>	<u>(777.309)</u>
Representado por:		
Custo dos produtos vendidos	(604.190)	(747.238)
Gerais e administrativas	(73.222)	(82.249)
Outras receitas/(despesas) operacionais	30.890	52.178
	<u>(646.522)</u>	<u>(777.309)</u>

GUANAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Nessa rubrica encontram-se registrados os ganhos obtidos com a redução do ICMS em face da Empresa estar enquadrada na política de recuperação econômica de municípios Fluminenses, que dispõe dentre outros assuntos, do regime especial de recolhimento do ICMS equivalente. Também estão registrados os ganhos obtidos com a redução do Impostos sobre Circularização de Mercadorias e Prestações de Serviços (ICMS) em face da empresa estar enquadrada na Política de recuperação econômica de municípios Fluminenses, que dispõe, entre outros assuntos, do regime especial de recolhimento do ICMS equivalente à alíquota de 2% sobre o faturamento, bem como veda o aproveitamento de crédito do referido imposto, conforme lei municipal nº 4.533/05 e nova redação dada pela lei nº 5.229/08. A redução da alíquota é classificada como uma Subvenção Governamental.

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros ativos	118	248
Rendimento de aplicação financeira	18.537	15.771
Descontos obtidos	857	243
Atualização de impostos	257	1.089
Outras receitas financeiras	1.499	830
	<u>21.268</u>	<u>18.181</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(6.531)	(7.933)
Despesas bancárias	(539)	(537)
Descontos concedidos	(2.501)	(4.139)
Resultado financeiro de derivativo	(247)	(1.370)
	<u>(9.818)</u>	<u>(13.979)</u>
Variação cambial, líquida		
Variação cambial ativa	4.097	3.338
Variação cambial passiva	(5.030)	(6.347)
	<u>(933)</u>	<u>(3.009)</u>
	<u>10.517</u>	<u>1.193</u>

19. Tributos sobre o lucro

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	2023	2022
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	43.877	83.722
Adições e exclusões	(43.877)	(48.445)
	<u>(43.877)</u>	<u>(48.445)</u>
Base de cálculo	-	35.277
Imposto calculado com base em alíquotas vigentes		
CSLL - 9%	-	(3.175)
IRPJ - 15% + 10% adicional	-	(8.795)
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>-</u>	<u>(11.970)</u>

20. Seguros

A Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

21. Instrumentos financeiros

21.1. Fatores de risco financeiro

(a) Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Empresa em 31 de dezembro de 2023 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, cujos valores contábeis correspondem aos valores de realização.

(b) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

Os resultados e os fluxos de caixa operacionais da Empresa são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como exposição de crédito a clientes. A política de vendas da Empresa está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter concentração destes investimentos em um único grupo econômico.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é administrada pela gerência financeira da Empresa. A previsão de fluxo de caixa é realizada mensalmente e monitorada diariamente para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

21.2. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados.

O nível de endividamento da Empresa é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

24. Eventos subsequentes

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

A Empresa ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.